



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS – CCT
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

ADRIANA DOS SANTOS SILVA

PROCESSO DE SELEÇÃO NAS UNIVERSIDADES:
Uma análise da evolução no Brasil

CAMPINA GRANDE – PB
DEZEMBRO2014

ADRIANA DOS SANTOS SILVA

**PROCESSO DE SELEÇÃO NAS UNIVERSIDADES:
Uma análise da evolução no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso, submetida ao Curso de Licenciatura Plena em Química da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título Licenciado em Química.

Orientadora: Prof^a Dra. Vandeci Dias dos Santos

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Adriana dos Santos.
Processo de seleção nas universidades [manuscrito] : uma análise de seleção no Brasil / Adriana dos Santos Silva. - 2014.
37 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Vandecí Dias dos Santos, Departamento de Química".

1. Ensino Superior. 2. Processos seletivos. 3. Vestibular. 4. Avaliação. I. Título.

21. ed. CDD 378

ADRIANA DOS SANTOS SILVA

PROCESSO DE SELEÇÃO NAS UNIVERSIDADES:

Uma análise da evolução no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso,
submetida ao Curso de Licenciatura Plena
em Química da Universidade Estadual da
Paraíba-UEPB, em cumprimento às
exigências para obtenção do Título de
Licenciado em Química.

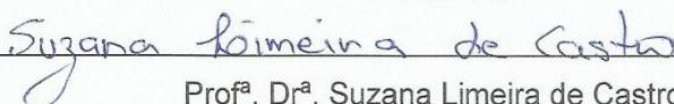
MONOGRAFIA APROVADA EM: 19/12/2014

EXAMINADORES



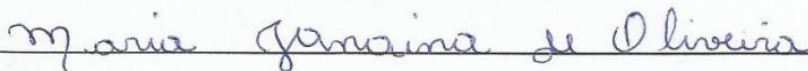
Prof^a. Dr^a. Vandeci Dias dos Santos

Orientadora



Prof^a. Dr^a. Suzana Limeira de Castro

Avaliadora



Prof^a. MSc. Maria Janaína de Oliveira

Avaliadora

CAMPINA GRANDE – PB

2014

Aos meus filhos Kaylane e Kauã,
minha fonte de espição.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pela oportunidade de alguns anos atrás ter permitido a minha entrada no curso superior, e hoje graças a Ele posso respirar aliviada pois parte do meu sonho concretizo aqui.

Agradeço em segundo a uma das pessoas que mais amo em minha vida minha mãe Edite dos Santos que tanto me ajudou chegar hoje até aqui, parte desta conquista dedico a ela, que em todos os momentos, bons ou ruins nunca me deixou desistir me mostrando que valeria a pena continuar.

A todos da minha família, e a alguns amigos, em especial Eduardo Antônio e Thayana Santiago que direto ou indiretamente me ajudaram e me deram força para continuar em meio as dificuldades.

Também agradeço em especial a minha orientadora Vandeci Dias pela força e dedicação desde o primeiro momento que a convidei para me orientar neste trabalho de conclusão de curso, sempre cheia de ideias, e me incentivando bastante, jamais irei esquecer tamanho carinho, obrigada.

“Educar é acreditar na vida, mesmo que derramemos lágrimas. Educar é ter esperança no futuro, mesmo que os jovens nos decepcionem no presente. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. Educar é ser um garimpeiro que procura os tesouros do coração”.

Augusto Cury

RESUMO

Atualmente o tema educação tem merecido destaque, haja vista o seu constante aparecimento na mídia, bem como, as diversas discussões que têm gerado incômodos no que diz respeito ao problema do fracasso escolar, relações interpessoais e condutas escolares socialmente indesejáveis. Nos últimos anos o número de alunos que ingressou no ensino superior só vem aumentando e poderíamos perguntar: Qual seria a forma de acesso mais adequado para o ingresso do aluno no ensino superior? A forma que hoje é aplicado o vestibular no Brasil surgiu em 1911, porém, com o aumento do número de ingressantes e da procura pelo ensino superior, o Inep viu a necessidade de melhorar este método, para democratizar o acesso. No Brasil, após várias formas de avaliação para ingresso nas universidades em 1998 foi criado o Enem que surgiu como uma nova ferramenta de avaliação do desempenho dos alunos do ensino médio. Desde 1999 o Enem foi transformado em vestibular das universidades públicas mantido até os dias atuais com algumas modificações. Neste trabalho, mostraremos a evolução dos processos de avaliação e forma de ingresso em cursos superiores no Brasil, e particularmente na UEPB, mostrando também, o censo da educação superior até 2013 com suas estatísticas.

Palavras chave: Vestibular, Avaliação, Ensino Superior

ABSTRACT

Currently the theme education has been highlighted, given its constant appearance in the media, as well as the various discussions that have generated nuisances with regard to the problem of school failure, interpersonal relationships and socially undesirable behaviors school. In recent years the number of students enrolled in higher education has been increasing and we might ask: What would be the most appropriate form of access for admission of students in higher education? The way is now applied the entrance exam in Brazil emerged in 1911, however, with the increase in the number of entrants and demand for higher education, INEP saw the need to improve this method to democratize acesso.No Brazil, after several evaluation forms for admission to the universities in 1998 was created ENEM that emerged as a new performance assessment tool for high school students. Since 1999 the college entrance ENEM was transformed into public universities maintained to the present day with some modifications. In this paper, we show the evolution of the evaluation process and form of entry to higher education in Brazil, and particularly in UEPB, showing also the census of higher education by 2013 with its statistics.

Keywords: Vestibular, Evaluation, Higher Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2.OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo Geral	11
2.2 Objetivos Específicos	11
3. REFERÊNCIAL TÉORICO	12
3.1 Avaliação: Como é feita	12
3.2 Evolução do Processo de Seleção nas Universidades	15
3.3 Avaliação e Vestibular.....	19
3.3.1 Como Funciona o Vestibular.....	20
3.3.2 Os Cursos e os Vestibulares mais concorridos	21
3.3.3 Universidades Particulares – Bolsas e Financiamentos	22
3.3.4 Os Superdotados e o Vestibular	23
3.4 A UEPB	24
3.4.1 Vestibular na UEPB	25
3.5 Considerações sobre o Censo da Educação Superior 2013.....	26
4. METODOLOGIA	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIA	35

1 INTRODUÇÃO

A educação é hoje uma prioridade no mundo. De acordo com suas características históricas, diferentes países promovem reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de torná-los mais eficientes para enfrentarem a revolução tecnológica que está ocorrendo no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos.

O Vestibular é o meio pelo qual os estudantes, através de provas de conhecimentos gerais e específicos devem ser aprovados, para assim ingressar no ensino superior. Ao longo dos anos esse tipo de exame foi sendo alterado até assumir a forma que se encontra atualmente. Até o ano de 1911 as universidades ofereciam as vagas e estas eram ocupadas pelos alunos egressos das principais escolas do Brasil. Porém com o tempo, o número de candidatos a essas vagas aumentou consideravelmente, sendo necessária a realização de algum processo que selecionasse os melhores alunos a frequentar os cursos oferecidos. Em 1911, através da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, foi criado o Vestibular, que visa classificar os estudantes com maior nível de conhecimento para as vagas nas universidades. Na atualidade, o principal vestibular do país é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ENEM, a princípio, tinha uma proposta mais simples na avaliação da qualidade de ensino das diversas regiões do país, porém também passou por um processo de amadurecimento, tornando-se o principal meio de entrada no ensino superior do país. A nota dessa prova é atualmente utilizada para classificar os estudantes em quase todas as universidades públicas do Brasil através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

Assim, neste trabalho, apresentamos uma súmula histórica do vestibular. Ao longo do século XX, ele foi constituído como o único e principal processo de seleção para ingresso no ensino superior. A década de 1990, na esteira da publicação da LDB (1996) e com o processo de discussão curricular da educação básica que ela provocou, a expansão das IES privadas, a criação do ENEM (1998). Na década de 2000, com a diversificação dos processos de seleção (SAS), a utilização das notas do ENEM para a concessão de bolsas do ProUni

(2004), e recentemente o SiSU (2009), apontam para uma nova conjuntura em que o vestibular tem sua configuração transformada.

2.OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Fazer uma descrição cronológica dos processos de ingresso em cursos superiores no Brasil, analisando também a evolução de ingressos ao longo do período de 2003 à 2013 nas Instituições de Ensino Superior pública e privada, como também na UEPB.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever cronologicamente a forma de ingresso nas IES no Brasil,
- Analisar as formas de ingresso na UEPB,
- Analisar o censo 2003-2013 sob o aspecto de ingresso nas IES pública e privada,
- Apontar fatores positivos e negativos na evolução desses processos.

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 AVALIAÇÃO: Como é feita.

(...) avaliar é dinamizar oportunidades de ação reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas (HOFFMANN, 1993, p.20)

A avaliação é sempre um tema polêmico, mas no sentido da palavra o que é avaliar? O dicionário Houaiss da Língua portuguesa (2001, p.353), traz a seguinte definição sobre avaliação:

“[...] a verificação que objetiva determinar a competência, o progresso etc. de um profissional, aluno etc.”.

Além dessa definição, é importante compreender o ponto de vista de alguns autores que tratam do assunto. Os autores contemporâneos que tratam do assunto fazem análises críticas tentando apontar caminhos para melhorar o que tem sido feito. É tratada de forma generalizada, porque está relacionada também a outros setores como, por exemplo, a empresas ou indústrias que também fazem avaliações, frequentemente, mas sob outra visão e com outros objetivos. Lima (1994) trata sobre avaliação escolar, na perspectiva de uma revisão crítica da literatura, no seu livro *Avaliação Escolar: julgamento X construção*, argumentando que as limitações desse capítulo se referem à escassez de literatura sobre o tema. Segundo a autora:

“(...) nos deparamos com escasso material de estudos teóricos a respeito da avaliação escolar” (LIMA, 1994)

De acordo com Libâneo (1994), a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. É uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Por ser uma tarefa complexa, não se resume à realização de provas e à atribuição de notas, visto que, a avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle.

É possível imaginar a avaliação no futuro, podemos pensar como funcionará, como o professor vai atuar, como serão expressos os níveis ou graus e quais os instrumentos. Pensando na avaliação do futuro, Hoffmann (1994) considera que o aluno será avaliado constantemente por meio de tarefas feitas em sala de aula. O sucesso do aluno será o sucesso do professor, pois, caberá ao professor interpretar e não apenas julgar as respostas da turma. Quanto às notas, serão substituídas por análises sobre o desempenho do estudante, deixando claro o que o aluno sabe e o que não sabe. Por fim, como instrumentos, serão realizadas muitas tarefas, as quais reorientarão a ação do professor, que registrará a cada dia as impressões dos alunos. O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Na avaliação a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro, passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já

foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia-a-dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola. (HAMZE,2014)

Não é de hoje que se tem buscado respostas para o problema da dificuldade de aprendizagem dos alunos, seja a partir da elaboração de métodos e teorias práticas pedagógicas, psicológicas ou psicopedagógicas, as quais parecem ter semelhantes objetivos: formar e capacitar o aluno para alcançar um nível intelectual, mas também, sócio cultural mais qualificado. Apesar disto é possível acompanhar diariamente no desenvolvimento sócio educacional dos jovens um certo descaso de alguns deles quanto a formação e assimilação do conhecimento e alfabetismo intelectual, científico e mais de uma atitude humana e pró-social frente ao êxito acadêmico. A prática de avaliação da aprendizagem vem sendo desenvolvida desde de épocas mais remotas e isso nos remete a uma posição de poucos avanços. Não tem sido utilizada como elemento que auxilie no processo ensino aprendizagem, perdendo-se em mensurar e quantificar o saber, deixando de identificar e estimular os potenciais individuais e coletivos. Segundo Luckesi (1995), reconhecer as diferentes trajetórias de vida dos educandos implica flexibilizar os objetivos, os conteúdos, as formas de ensinar e avaliar, ou seja, contextualizar e recriar o currículo

3.2 Evolução do Processo de Seleção nas Universidades

Em 2011 o vestibular completou seu centenário no Brasil. Vários modelos de seleção já foram desenvolvidos para promover o ingresso aos cursos superiores. A obrigatoriedade desta “prova de fogo” veio em 1911 para solucionar um dilema que permanece até hoje, que é a quantidade de candidatos bem maior que a oferta de vagas. A palavra vestibular vem do latim *vestibulum*, que significa entrada. Antigamente usava-se a expressão “exame vestibular” (exame de entrada), com o passar do tempo passou-se a usar apenas “vestibular” para designar esse tipo de prova. Até o início do século XX, as universidades brasileiras eram ocupadas por estudantes de colégios tradicionais como o Dom Pedro II no Rio de Janeiro. Com o aumento da procura, que ultrapassou o número de vagas disponíveis, o então Ministro da Justiça e dos Negócios, Rivadávia da Cunha Corrêa, instituiu o vestibular no Brasil, em 1911. As provas eram escritas e orais, continham questões de língua portuguesa, língua estrangeira, ciências (matemática, física e química) e conteúdo do primeiro ano de faculdade, onde os alunos recorriam a aulas especiais para estudar as matérias específicas, daí o surgimento dos cursinhos. Nos anos 60 as provas das universidades federais eram realizadas todas no mesmo dia, o que impossibilitava o aluno de concorrer a mais de uma vaga em universidades do país, a não ser pelo vestibular unificado (um mesmo vestibular para várias instituições), que também surgiu nessa época. Em 1970, foi criada a Comissão Nacional do Vestibular Unificado para regulamentar a seleção. Os vestibulares passaram a ter datas distintas e o conteúdo da prova foi restrito a matérias do ensino médio. A Fuvest foi criada em 1976, unificando os vestibulares da Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essa unificação durou pouco tempo, em 1983 a Unesp se desvinculou e em 1985 a Unicamp fez o mesmo. Ainda assim, até hoje, a Fuvest continua sendo o maior vestibular do Brasil. O fato é que muita coisa mudou na forma de organizar a disputa de vagas, de provas orais ao Enem. No Quadro 1, é mostrado os principais fatos que marcaram a história dos vestibulares no Brasil.

QUADRO1–Principais fatos que marcaram a história dos vestibulares no Brasil.

Data	Evento
1808	São instituídos os exames preparatórios para os cursos superiores existentes no Brasil, mas o ingresso torna-se privilégio de colégios de elite apenas a partir de 1837. O primeiro curso superior do País é criado por Dom João VI, que havia se mudado com a Família Real para o Brasil. A Escola de Cirurgia da Bahia deu origem à Faculdade de Medicina da UFBA.
1827	Primeiros cursos jurídicos - Os primeiros cursos jurídicos foram instalados em São Paulo (atual Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP) e em Olinda (Faculdade de Direito da UFPE).
1837	Colégio Pedro II - No Rio de Janeiro o Governo funda o Colégio Pedro II, como estabelecimento modelo do ensino secundário no Brasil. Com o diploma dessa escola, frequentada pela elite, o aluno podia se matricular em qualquer faculdade do Império
1890	Exame de madureza - Até este ano o ingresso nos cursos superiores ocorria após aulas e exames preparatórios das faculdades, com o objetivo de verificar o nível de aprendizado no colégio Pedro II. Nesse ano o Governo baixa decreto regulamentando a educação primária e secundária no Brasil. Assim, nasce o “exame de madureza”, aplicado no último ano do ginásio, para checar se o aluno tinha a “cultura intelectual necessária”. Isso garantia vaga nos cursos superiores públicos federais.
1909	Primeira universidade - É criada a Escola Universitária Livre de Manaus que, em 1912, passa a se chamar Universidade de Manaus. Foi desativada em 1926 e precedeu a UFAM.
1911	EXAME DE ADMISSÃO - Lei determina a obrigatoriedade do exame de admissão para o ingresso em curso superior pela Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental decreto 8659 de

	<p>5/4/1911. O decreto estabelece a exigência de exame e formularam-se critérios relativos à forma do exame, à banca examinadora, às datas dos exames e às taxas de inscrição. Desde 1891 já existiam 27 escolas de cursos superiores no Brasil, mas o número de interessados superava a quantidade de vagas. Os exames incluíam prova dissertativa e oral. Em 1911 surge a primeira instituição com nome de universidade no País, a Universidade de São Paulo (não confundir com a USP), particular.</p>
1915	<p>Batismo - As provas de admissão (escrita e oral), a partir de decreto número 11530 de 18/3/1915, passam a se chamar exames vestibulares. Os candidatos precisavam apresentar certificado de aprovação em todas as disciplinas do curso ginasial do Colégio Pedro II ou das escolas equiparadas a ele, mantidas pelos governos estaduais. Os exames de admissão foram batizados como “vestibulares” pelo ministro Carlos Maximiliano, do Supremo Tribunal Federal.</p>
1931	<p>Estatuto das Universidades Brasileiras - Getúlio Vargas baixa o Estatuto das Universidades Brasileiras. Para garantir uma vaga no ensino superior, além da aprovação nos exames vestibulares, passou a ser necessária a apresentação de certificado de conclusão do curso secundário</p>
1963	<p>Vestibular unificado - É criado o Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas do Estado de São Paulo (Cescem), unificando vestibulares de sete faculdades. O centro passou a utilizar testes de múltipla escolha e correção através do computador.</p>
1968	<p>Movimento dos Excedentes - Estoura o Movimento dos Excedentes, candidatos aprovados com média mínima, porém, sem vagas. Para solucionar o problema é criada a Lei n. 5540 que passa a instituir o sistema classificatório por nota máxima.</p>
1971	<p>Consolidação do vestibular - Decreto presidencial consolida a natureza classificatória do exame, com a aprovação dos candidatos até o limite de vagas fixado em edital. A seleção para as universidades públicas passa a ter o mesmo conteúdo para todas as carreiras. Também passa a ser realizada na mesma data nas</p>

	regiões brasileiras. O Governo estimula ainda a criação de comissões permanentes para o vestibular.
1976	Fuvest - A USP cria a Fuvest com aplicação de exame em duas fases: a 1ª com testes e a 2ª com questões dissertativas. Foram extintos os vestibulares por área.
1977	Língua Portuguesa - Decreto federal estabelece a inclusão obrigatória de prova ou questão de Redação em Língua Portuguesa nos vestibulares. Também abre a possibilidade de realizar o exame em mais de uma etapa.
1990	Autonomia - Decreto do presidente Fernando Collor dá autonomia para as universidades públicas e privadas planejarem e realizarem seus vestibulares.
1996	Nova LDB - Aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases, que não usa a palavra "vestibular". O ingresso ao ensino superior passa a ser feito via processo seletivo, a critério de cada universidade.
	Avaliação Seriada - Para participar desse tipo de avaliação o aluno deve se inscrever logo no 1º ano do ensino médio. São realizadas três provas, uma no final de cada ano do ensino médio. Cada prova é composta por questões relativas a assuntos estudados durante o ano em questão. Após o término da terceira prova se obtém a média final. O aluno também pode optar por prestar o vestibular tradicional e depois disso escolher a sua melhor nota para concorrer a uma vaga na instituição. A grande vantagem desse sistema é que o aluno pode ir melhorando sua nota ano a ano. (FRANÇA, Ana, http://pessoas.hsw.uol.com.br/vestibular3.htm)
1998	Exame Nacional - O MEC cria o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para avaliar a qualidade do ensino, com 63 testes e uma Redação. Algumas universidades passam a usar a nota do exame para compor a pontuação final dos vestibulandos
1999	CEFET - As Escolas Técnicas Federais são elevada à categoria de Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), com a finalidade de atuar nos níveis e modalidades da educação profissional (básico, técnico e tecnológico) em equiparação à educação superior.
2004	Prouni - O Governo cria o Prouni (Programa Universidade Para Todos), com o objetivo de promover a concessão de bolsas de

	estudos integrais e parciais a estudantes do ensino superior em instituições privadas.
2005	Sistema de cotas - Foi regulamentado o sistema de cotas, que passou a vigorar a partir do vestibular 2008. Metade das vagas de cada curso passa a ser reservada a candidatos oriundos da rede pública de ensino. Desse percentual, parte é reservada a cotistas autodeclarado negros ou pardos.
2009	Novo Enem - O Enem passa a ser realizado em dois dias, com 180 testes e uma Redação. A partir da nota do exame os candidatos podem concorrer a vagas em universidades públicas através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

Fonte: (<http://www.mundovestibular.com.br/articles/16381/1/Conheca-a-Historia-e-Evolucao-do-Vestibular-no-Brasil/Paacutegina1.html>, 2006)

3.3 Avaliação e Vestibular

Em processos de seleção a vagas em universidades federais brasileiras por meio de concursos vestibulares, os candidatos historicamente encontram muitas dificuldades em obter altos escores em disciplinas de ciências exatas como física, química e matemática (OLIVEIRA, 2010). Para esse fim, os indivíduos dispõem de um sistema de aprendizado oficializado pelo Ministério da Educação (MEC) que consiste em três anos de ensino médio. Como em uma grande maioria dos casos, os alunos não mostram competência no aprendizado de disciplinas exatas durante suas vidas escolares, atividades extracurriculares, tais como aulas particulares e os chamados cursos pré-vestibulares, que surgem como opção comercial para recapitular os conceitos de uma forma mais intensiva. Essas chamadas dificuldades cognitivas ocorrem principalmente em disciplinas das ciências exatas e podem ser entendidas dentro do modelo ensino-aprendizagem psicossocial. Por exemplo, Bandura, Ross e Ross (1961) Apud. LUDKE e LUDKE, 2011) entendem que o processo de aprendizado inicia com a captação de exemplos ditados pelos mestres e sua repetição pelos alunos, o que

leva a uma modificação do seu comportamento social (AUSUBEL, 1968; MOREIRA e MASSINI, 2001), resultando em episódios de aumento da autoestima (Bandura, 1977; Ryane Deci, (2000a, Apud. LUDKE e LUDKE, 2011) principalmente da competência na realização de atividades conceituais específicas Bandura,(1986Apud. LUDKE e LUDKE, 2011), as quais, em vestibulares, consistem na análise qualitativa de situações e na obtenção de quantidades numéricas específicas na resolução de problemas conceituais com o auxílio da matemática. Em particular, percebe-se que dificuldades extremas surgem na tentativa de resolução de questões intertextuais e interdisciplinares que abordam conceitos comuns, pois a associação abstrata e analogias entre conceitos paralelos entre diferentes campos do conhecimento não são lógicas para alunos em nível de ensino médio, mesmo em testes geométricos e gráficos mais simples (ANDRIOLA e CAVALCANTE, 1999).

Vivendo em uma sociedade competitiva e escassa em oportunidades de trabalho, surge a pressão do meio social e familiar que exige que os jovens adultos vençam na vida, no sentido que os alunos usem de todo o seu tempo para frequentar aulas de cursos pré vestibulares para obter vantagens na concorrência a poucas vagas nas universidades federais, que são públicas e gratuitas. Ou seja, uma ideia que o indivíduo que não assiste às aulas diariamente sobre conceitos em nível de ensino médio está sujeito à marginalização pessoal, profissional e social, resulta da ação do meio sobre o indivíduo, sendo aceita com naturalidade pelos jovens que dependem principalmente de universidades gratuitas para obter um diploma.

3.3.1 Como Funciona o Vestibular

A educação é dever do Estado e um direito do cidadão. Infelizmente, não é o que se verifica no Brasil. Mais da metade da população não consegue terminar o ensino fundamental. Hoje, entrar em um curso superior não está nada fácil. As universidades públicas não comportam a grande quantidade de candidatos, tornando o seu vestibular um verdadeiro bicho de sete cabeças. As faculdades particulares, por sua vez, estão proliferando-se por todo o país, porém, o alto

custo da mensalidade deixa muita gente de fora. O governo procura suprir a falta de vagas e a desigualdade gerada por tal criando políticas e medidas que buscam garantir a igualdade de oportunidade a todos. Esse é o caso do Prouni. (MEC/INEP, 2013).

3.3.2 Os Cursos e os Vestibulares mais concorridos

Os dados divulgados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, juntamente com o Ministério da Educação, em dezembro de 2006, apresentaram um total de 2.165 instituições de ensino superior no Brasil, 20.407 cursos, 305.960 funções docentes e 4.453.156 matrículas. Ao todo foram 1.266.137 ingressos em instituições superiores de ensino através de vestibular.

Não há dúvidas de que as faculdades particulares absorvem a grande maioria dos estudantes universitários no Brasil. Porém, os vestibulares mais concorridos ainda são os promovidos pelas instituições públicas. Dois fatores devem ser levados em consideração nesse caso: o curso é gratuito e essas instituições têm uma melhor reputação em comparação com as instituições particulares (MEC/INEP, 2013).

Na hora de uma entrevista de emprego, por exemplo, o avaliador ainda leva em consideração o local onde o candidato se formou. O pior aluno de uma faculdade conceituada normalmente tem mais chance de conquistar o emprego do que o melhor aluno de uma faculdade não conceituada. A relação candidato/vaga, tão aguardada pelos candidatos, chega a ser assustadora para a grande maioria. O número de candidatos extrapola e muito o total de vagas oferecidas (MEC/INEP, 2013).

Para ajudar os candidatos a escolher o que mais lhe agrada, surgiram os testes vocacionais. Respondendo a um questionário o candidato consegue identificar, no mínimo, as áreas que mais lhe agradam, afinando ainda mais a decisão.

Três importantes pontos podem ajudar o candidato a escolher a profissão:

1. Descobrir as áreas de que mais gosta, listar suas inclinações pessoais e o que espera para o futuro.

2. Conhecer a fundo as profissões, as habilidades exigidas e o dia-a-dia. Conversar com quem trabalha na área também pode ajudar.
3. Considerar o futuro de cada carreira. Isso nem sempre é fácil. Nada de descartar aquela carreira que está saturada e optar pela que está na moda. O mercado é dinâmico e, em cinco anos, a realidade pode ser outra.

3.3.3 Universidades Particulares – Bolsas e Financiamentos

Buscando conter a inadimplência e a concorrência crescente no ensino superior privado do país, as universidades particulares chegam a oferecer bolsas a mais da metade de seus alunos. Atualmente, há todo tipo de desconto nas mensalidades: bolsa-idade, bolsa-mérito, bolsa para funcionários de empresas parceiras, financiamento próprio - sem contar os benefícios oferecidos pelo próprio governo a estudantes de baixa renda. Os abatimentos variam de 10% até 100% (MEC/INEP, 2013).

No momento da matrícula, as universidades já avaliam o rendimento financeiro do aluno e seus familiares e o encaminham para determinadas bolsas. Vale tudo para não perder o aluno. Notas boas no vestibular assim como no decorrer do curso podem virar bolsas de estudo em muitas universidades particulares. As instituições preferem dar descontos a baixar as mensalidades.

No caso de financiamentos, normalmente os alunos começam a pagar após o término do curso. Outra forma de bolsa oferecida é a prestação de serviços do aluno para a universidade, como trabalhar em algum setor dentro do campus. Dirigir o estudo para pesquisas científicas também podem render bolsas como as oferecidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Conhecimento Científico e Tecnológico). O Governo Federal, através do Prouni, também está abrindo portas. Trata-se de um programa que prevê a concessão de bolsas de estudos totais ou parciais para alunos de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. O Programa Universidade para Todos prevê bolsas integrais para alunos com renda familiar per capita até um e meio salário mínimo e bolsa parcial para alunos com renda de até três salários mínimos. A seleção é feita pelo site do MEC e leva em conta a nota obtida pelo aluno do Enem - Exame Nacional do Ensino Médio.

Somente em casos de sobras de vagas há autorização do MEC para que as instituições façam a própria seleção. O Governo Federal estima que até 2015 o Prouni terá formado mais de 10 milhões de profissionais de nível superior (MEC/INEP, 2013).

O Programa de Financiamento Estudantil, FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. O programa foi criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo - PCE/CREDUC. A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos estudantes selecionados pelo PROUNI para recebimento da bolsa parcial de 50%. Os bolsistas parciais do PROUNI não participam dos processos seletivos regulares do FIES, sendo designados períodos específicos para concessão do financiamento. Em 2006, 449.786 estudantes foram beneficiados, com uma aplicação de recursos da ordem de R\$ 4,5 bilhões entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos desde a criação do programa (MEC/INEP, 2013).

3.3.4 Os Superdotados e o Vestibular

Teoricamente só podem se matricular no ensino superior aqueles que comprovem a conclusão do curso de ensino médio. Porém, há uma exceção. Poderá ser admitida a matrícula com dispensa da prova de conclusão do curso de ensino médio ou equivalente quando se tratar de aluno superdotado que, em data anterior à da inscrição no Processo Seletivo, tenha obtido declaração de excepcionalidade positiva, mediante decisão do Conselho Nacional de Educação. Superdotados ou portadores de altas habilidades são aquelas pessoas que possuem um grau de habilidade significativamente maior do que a maioria da população. De acordo com pesquisa divulgada pelo Inep em 2006, o Brasil possui 2.553 estudantes superdotados, sendo que 1.358 frequentam a rede municipal de ensino e 1.172 a rede estadual. A região com a maior concentração de alunos com inteligência acima da média é o Sudeste, com 1.122 estudantes (OLIVEIRA, 2012)

3.4A UEPB

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é uma universidade pública brasileira, com sede em Campina Grande na Paraíba, e com campi nas cidades de Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Patos, Monteiro e Araruna. Fundada pela Lei Municipal nº 23 de 15 de março de 1966, como Universidade Regional do Nordeste (URNe), funcionou inicialmente como autarquia municipal de Campina Grande.^[3] Em 11 de outubro de 1987 pela Lei nº 4.977, sancionada pelo então governador Tarcísio Burity, a URNe foi estadualizada tornando-se na Universidade Estadual da Paraíba.

Nascida Universidade Regional do Nordeste, o grande patrimônio dos campinenses e paraibanos de todas as regiões chega aos 25 anos como Universidade Estadual da Paraíba. Na história desta Instituição de Ensino Superior pode-se dividi-la em seis capítulos: o surgimento como Universidade Regional do Nordeste, em 1966; uma trajetória de dificuldades até 1986; a estadualização, em 1987; e o reconhecimento, pelo Conselho Nacional de Educação, em 1997. O quinto capítulo pode ser narrado a partir da luta em busca da conquista da Autonomia Financeira da UEPB, tão importante e marcante quanto o reconhecimento pelo Governo Federal. Nesses 25 anos da Universidade Estadual da Paraíba, justiça há que ser feita aos que empunharam a bandeira da estadualização e por ela lutaram de forma tenaz e sem trégua. Professores, funcionários e estudantes deram as mãos. Uma grande corrente de solidariedade se formou. Uma verdadeira legião de boa vontade congregou todos os segmentos em torno do objetivo comum, que seria manter vivo o grande patrimônio de Campina Grande e da Paraíba. Se, em 1987, o trabalho do então reitor Sebastião Vieira e de toda a sua equipe foi decisivo para aglutinar todas as correntes em defesa da estadualização, em 1997 o saudoso reitor Itan Pereira exerceria papel igualmente importante para que a UEPB, com 10 anos de existência, conquistasse o seu reconhecimento, num dos momentos marcantes de sua história. Começava, naquele momento, o processo de consolidação, que ainda se desenrola, de uma das maiores universidades públicas do Nordeste brasileiro. Desafios tiveram que ser encarados. Obstáculos foram superados. Investimentos

em equipamentos, instalações físicas e qualificação de pessoal docente tiveram que ser feitos para atender aos pré-requisitos do Ministério da Educação, para que o tão almejado reconhecimento fosse materializado. Transcorridos 25 anos, a Universidade Estadual da Paraíba, sob a administração da reitora Marlene Alves, primeira mulher a dirigir os destinos da Instituição, vive sua fase de consolidação e de crescimento, tendo sido transformada em uma instituição motivada pela conquista da Autonomia Financeira, concedida em 2004, em atendimento aos anseios da comunidade acadêmica. A UEPB, finalmente, transpôs os limites geográficos da Borborema e espargiu as luzes da educação libertadora em direção ao Sertão, Litoral, Cariri e Curimataú paraibanos. Antes restrita a Campina Grande, Lagoa Seca, Guarabira e Catolé do Rocha, a Universidade Estadual, hoje, está presente em grande parte do território paraibano. Vinte e cinco anos de luta, duas décadas e meia de conquistas e vitórias.

<http://paraibahoje.wordpress.com/2011/06/27/uepb-uma-historia-de-45-anos/>

3.4.1 Vestibulares na UEPB

O Vestibular da UEPB até 2014 era realizado anualmente, em três dias consecutivos. A prova era composta de questões objetivas de disciplinas cursadas no Ensino Médio, abrangendo conteúdo específicos de acordo com a área de conhecimento escolhida pelo candidato, além de uma redação. Os candidatos tinham quatro horas para fazer as provas. Nesta seleção a UEPB separa 50% das vagas para serem preenchidas exclusivamente com as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No Vestibular 2014 foram reservadas 2.884 vagas. Neste caso, a seleção é feita pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Os outros 50% das vagas de cada curso é reservado à Cota de Inclusão, destinada a candidatos aprovados no vestibular que tenham cursado as três séries do Ensino Médio em escolas da públicas da

Paraíba. <http://paraibahoje.wordpress.com/2011/06/27/uepb-uma-historia-de-45-anos/>

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2013

Anualmente, o Inep realiza a coleta de dados sobre a educação superior com o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor.

A coleta dos dados tem como referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008. O Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Os dados são coletados a partir do preenchimento dos questionários, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) e por importação de dados do Sistema e-MEC. Durante o período de preenchimento do questionário, os pesquisadores institucionais (PIs) podem fazer, a qualquer momento, alterações ou inclusões necessárias nos dados das respectivas instituições. Após esse período, o Inep verifica a consistência dos dados coletados. O sistema do Censo é então reaberto para conferência e validação dos dados pelas IES.

Passado esse período de validação ou correção das informações prestadas pelas IES, o Inep realiza rotinas de análise na base de dados do Censo, para conferir as informações. Após essa fase de conferência, em colaboração com os pesquisadores institucionais, o Censo é finalizado. Os dados são divulgados e a Sinopse Estatística é publicada. Depois disso não pode mais haver alteração nas informações, pois passam a ser estatísticas oficiais. No Quadro 2 é mostrado o resumo dos dados estatísticos referentes ao censo 2013 (BRASIL, 2008).

Quadro 2 Estatísticas gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa- Brasil- 2013.

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Número de Instituições	2.391	301	106	119	76	2.090
Educação Superior - Graduação						
Cursos	32.049	10.850	5.988	3.658	1.226	21.199
Matrículas	7.305.977	1.932.527	1.137.051	604.517	190.159	5.373.450
Ingresso Total	2.742.950	531.046	325.287	142.642	63.737	2.211.104
Concluintes	991.010	229.270	115.336	62.692	31.050	761.732
Educação Superior - Sequencial de Formação Específica						
Matrículas	16.987	489	100	208	181	16.498
Educação Superior - Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>						
Matrículas	203.717	172.026	115.001	56.094	931	31.691
EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL						
Matrícula Total	7.526.681	2.105.042	1.252.952	660.819	191.271	5.421.639
Funções Docentes em Exercício ^{1 2}	367.202	155.219	95.194	40.275	11.750	212.063
Docentes em Exercício ^{2 3}	321.700	152.166	94.354	47.823	11.460	181.302

Fonte: Mec/Inep – MEC/CAPES

Notas: (1) Corresponde ao número de vínculos de docentes a Instituições de Educação Superior; (2) Não incluem os docentes que atuam exclusivamente na Pós-Graduação Lato Sensu; (3) Quantidade de CPFs distintos dos docentes em exercício em cada Categoria Administrativa

O total de alunos na educação superior brasileira chegou a 7,3 milhões em 2013, quase 300 mil matrículas acima do registrado no ano anterior, que foi de 7.261.801. No período 2012-2013, as matrículas cresceram 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada.

Os dados integram o Censo da Educação Superior, divulgado pelo ministro da Educação, Henrique Paim, e pelo presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –Inep (Brasil, 2013)

Os universitários estão distribuídos em 32 mil cursos de graduação, oferecidos por 2,4 mil instituições de ensino superior: 301 públicas e 2 mil

particulares. As universidades são responsáveis por 53,4% das matrículas, enquanto as faculdades concentram 29,2%.

O total de alunos que ingressou no ensino superior em 2013 permaneceu estável em relação ao ano anterior e chegou a 2,7 milhões. Considerando-se o período 2003-2013, o número de ingressantes em cursos de graduação aumentou 76,4%. As matrículas estão distribuídas seguir (Brasil, 2013)

Tecnológicos –Os cursos tecnológicos são responsáveis por 13,6% das matrículas na educação superior. Entre 2003 e 2013, a matrícula saltou de 115 mil para quase um milhão, o que representa crescimento médio anual de 24,1%. Na rede federal, houve expansão de 171% nas matrículas.

Corpo docente –A maioria dos 321 mil docentes da educação superior possui mestrado ou doutorado. Considerando-se que o mesmo professor pode atuar em mais de uma instituição, em 2013, havia 367 mil funções docentes, sendo 70% mestres ou doutores. Nos últimos dez anos, o número de mestres e doutores na rede pública cresceu 90% e 136%, respectivamente.

Atendimento especial –As matrículas de portadores de deficiência aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em 2013 eram quase 30 mil alunos, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil.

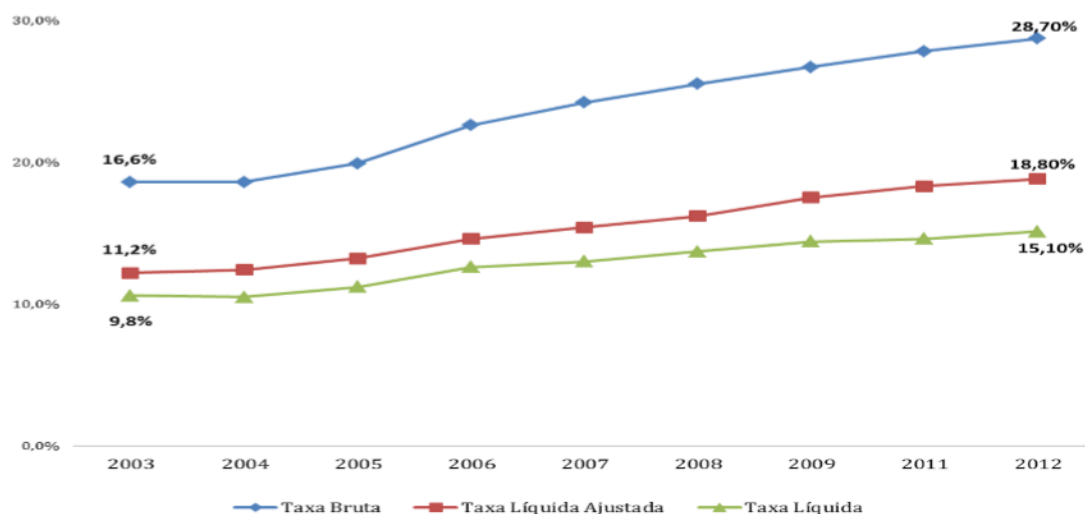
Licenciaturas —O Censo mostra que as matrículas nos cursos de licenciatura aumentaram mais de 50% nos últimos dez anos, um crescimento médio de 4,5% ao ano. Anualmente, mais de 200 mil alunos concluem cursos de licenciatura. Pedagogia corresponde a 44,5% do total de matrículas.

Educação a distância –Já são mais de 1,2 mil cursos a distância no Brasil, que equivalem a uma participação superior a 15% nas matrículas de graduação. Em 2003, havia 52. Atualmente, as universidades são responsáveis por 90% da oferta, o que representa 71% das matrículas nessa modalidade.

Graduações mais procuradas -Os dez cursos com maior número de matrículas concentram mais da metade da rede de educação superior no país. Administração (800 mil), direito (769 mil) e pedagogia (614 mil) são os cursos que detêm o maior número de alunos.

Considerando a taxa de escolarização de 2003 à 2012, observa-se uma tendência positiva dessas taxas, demonstrando que em 2012 o percentual de pessoas frequentando a educação superior foi de quase 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos e em torno de 15 está na idade teoricamente adequada para cursar esse nível de ensino. Na Figura 01, é mostrado esses dados (Brasil, 2013).

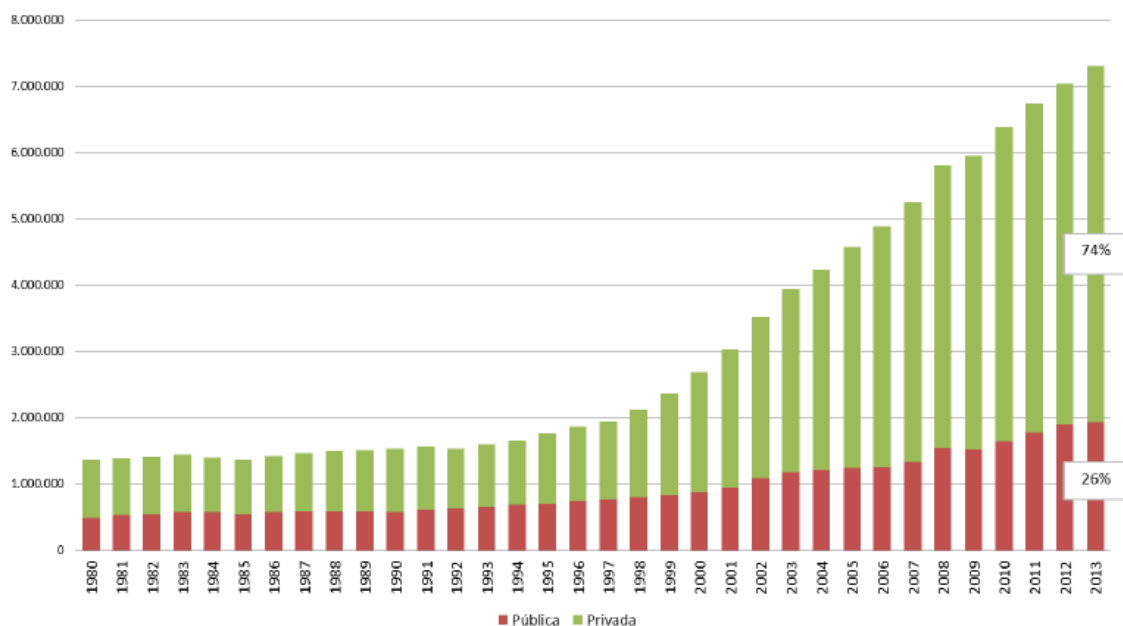
Figura 01 Evolução das Taxas de Escolarização da Educação Superior Brasil 2003-2012



Fonte: Pnad/IBGE

Outro fato a ser considerado é a evolução das matrículas de educação superior de graduação por categoria administrativa (rede pública/rede privada). No período de 2012 à 2013, houve um crescimento de 3,8% nas matrículas. As IES privadas tiveram uma participação de 74% no total de matrículas de graduação. A Figura 02, mostra a evolução desses dados.

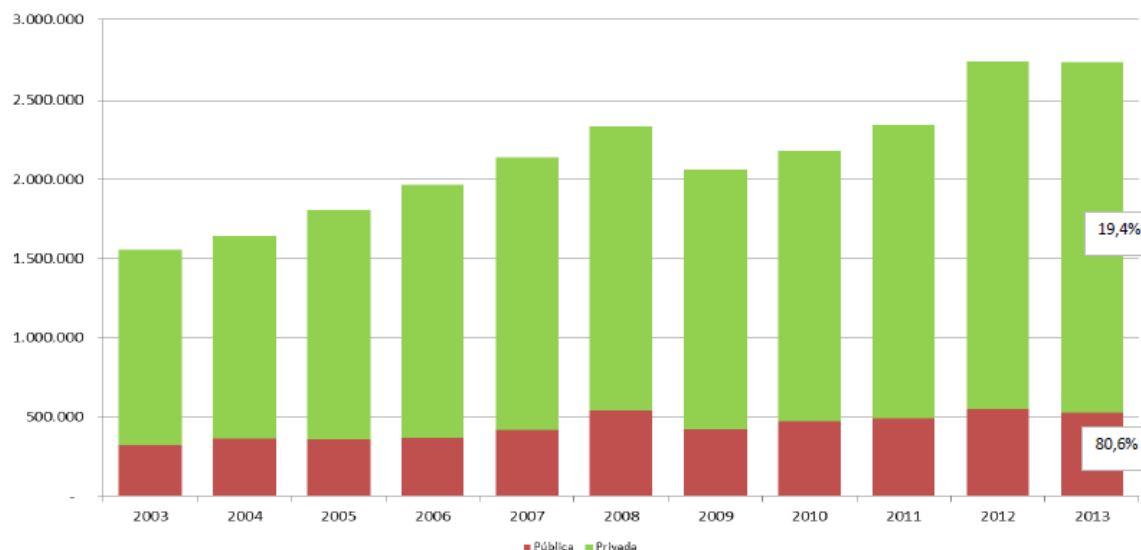
Figura 02 Evolução das Matrículas Superior de Graduação, por Categoria Administrativa Brasil 1980-2013.



Fonte: MEC/Inep

Na Figura 3, é mostrado o gráfico da evolução do número de Ingressantes na Educação Superior, por categoria administrativa - Brasil 2003 à 2013. Observa-se que pelo gráfico que no período de 2011-2013, o número de ingressantes cresceu 16,8% nos cursos de graduação, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada. Nos últimos 10 anos, a taxa média de crescimento anual foi de 5,0% na rede pública e 6,0% na rede privada. Em 2013, a rede privada teve uma participação superior a 80% no número de ingressos nos cursos de graduação.

Figura 3 EVolução do número de Ingressantes na Educação Superior, Brasil 2003 à 2013.



Fonte: MEC/Inep

Considerando o número de concluintes no período de 2003 à 2013 observou-se uma redução de 5,7% no número de concluintes, movimento que teve forte influência nos cursos presenciais do setor privado. Nesse compasso, a rede federal aumentou o número de concluintes em 3,8%, apenas da redução de quase 50% no número de concluintes em cursos a distância no período 2012 à 2013.

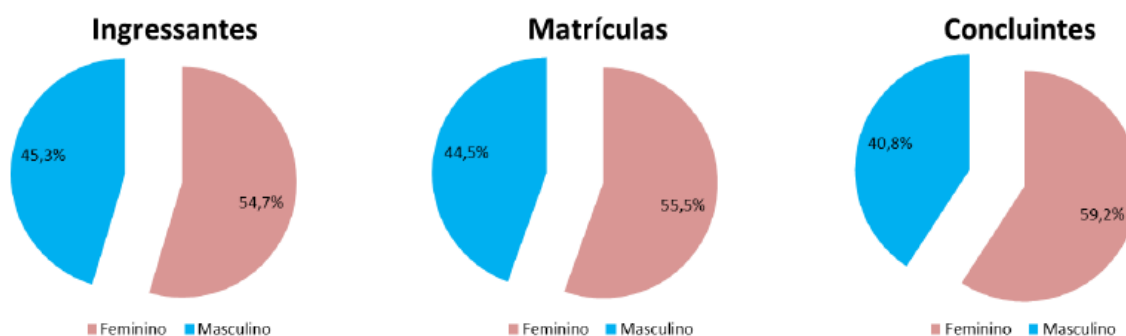
Figura 04 Evolução do número de Concluintes na Educação Superior de Graduação, por Categoria Administrativa - Brasil 2003 à 2013



Fonte: MEC/Inep

Na Figura 5, é mostrado os gráficos do número de ingressantes, matriculas e concluintes na Educação Superior por gênero – Brasil – 2013.

Figura 5 Ingressantes, Matrículas e Concluintes na Educação Superior por Gênero – Brasil – 2013.



Fonte: MEC/Inep

Analizando a figura 5, percebe-se que o gênero feminino, possui um maior percentual nas três categorias, isso deve-se principalmente a emancipação dos direitos, maior participação no mercado de trabalho e oportunidades de ingressos em cursos superiores. No quadro 3, é mostrado os cursos com maior participação do gênero feminino nas áreas de humanas e saúde.

Quadro 3 Os dez maiores cursos de graduação em número de matrículas, por gênero, Brasil – 2013.

Curso	Feminino	Curso	Masculino
Pedagogia	568.030	Direito	355.020
Administração	445.226	Administração	354.888
Direito	414.869	Engenharia civil	183.297
Enfermagem	194.166	Ciências contábeis	136.733
Ciências contábeis	191.298	Ciência da computação	106.266
Serviço social	157.919	Engenharia de produção	97.658
Psicologia	146.347	Engenharia mecânica	91.802
Gestão de pessoal / RH	138.243	Engenharia elétrica	74.840
Fisioterapia	88.007	Formação de professor de educação física	71.215
Arquitetura e urbanismo	79.293	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	66.383

Fonte: MEC/Inep, 2013 - Nota: Os cursos sem as cores estão entre os 10 maiores cursos nos dois gêneros.

4. METODOLOGIA

Neste trabalho usou-se o método analítico-descritivo, tomando-se como referencial sites especializados, artigos de periódicos especializados e publicações atualizadas no governo federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, mostramos a evolução do processo denominado “vestibular”, que nem sempre teve essa denominação. Em 2011, esse processo fez cem anos e sofreu vários avanços. Não podemos afirmar com certeza que esses avanços vieram de uma forma a melhorar o processo de entrada para as IES, mas com certeza podemos afirmar que diante destes, não se conseguiu ainda superar o déficit de vagas nessas instituições sejam elas públicas ou privadas.

Considerando nossa instituição (UEPB), observamos diante de fatos históricos, que houve grandes avanços como IES, e uma das principais, é que nessa instituição houve um progresso na forma de ingresso, tentando se adequar ao sistema de seleção de acordo com as principais IES, como também pelas normas do MEC.

Vimos também que o MEC, tenta criar novos processos de avaliação de ingresso nas IES, tentando avaliar melhor o ensino médio, como também, facilitando a inclusão de alunos oriundos de ensino público, criando o SISU (sistema de seleção unificada) e fazendo avaliações anuais em várias categorias, a fim de coletar dados estatísticos que mostre como anda a educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. **Educational psychology**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

ANDRIOLA, W.B. e CAVALCANTE, L.R. **Avaliação do raciocínio abstrato em estudantes do ensino médio**. Estudos de Psicologia, v. 4, n. 1, p. 23-37, 1999.

BANDURA, A.; ROSS, D. e ROSS, S.A. **Transmission of aggression through imitation of aggressive models**. Journal of Abnormal and Social Psychology, v. 63, p. 575-582, 1961.

BANDURA, A. **Self-efficacy: toward a uni- fying theory of behavioral change**. **Psychol- ogy Reviews**, v. 84, n. 2, p. 191-215, 1977.

_____. Social foundations of thought and action: a social cognitive theory. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

BRASIL, **DECRETO Nº 6.425, DE 4 DE ABRIL DE 2008**, Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos,DOU de 7.de abril de.2008.

_____. Ministério da Educação,**CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR 2013**, MEC/INEP.

HAMZE, A. O sentido da escola. Disponível em:www.educador.brasilecola.com, acesso em 10/04/2014

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação, mito & desafio**: uma perspectiva construtivista em avaliação. 10 ed. Porto Alegre:Educação e Realidade, 1993.

<http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/> Acesso em 24/04/2014

<http://www.uepb.edu.br/universidade-estadual-da-paraiba-celebra-25-anos-de-estadualizacao/> Acesso em 10/04/2014

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar: julgamento ou construção?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **“Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições”**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUDKE, J. P.R. e LUDKE, Everton. **Um Estudo sobre Avaliação de Desempenho de Vestibulandos no Aprendizado de Química Inorgânica para Definição de Critérios para uma Intervenção Cognitiva**, Química Nova na Escola Vol. 33, N° 4, Novembro 2011.

OLIVEIRA, R.J. **O ensino das ciências e a ética na escola: interfaces possíveis**. Química Nova na Escola, v. 3, p. 227-232, 2010.

OLIVEIRA, J.F; CATANI, A.M; HEY, A.P.; AZEVEDO, M.L.N, **Democratização do Acesso e Inclusão na Educação Superior no Brasil, 2012**.

RYAN, R.M. e DECI, E.L. **Intrinsic and extrinsic motivations: classic definitions and new directions**. Contemporary Educational Psychology, v. 25, p. 54-67, 2000a.